



## **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**

### **Documento Nº**

**120787/25**

**EXERCÍCIO:** 2025

**SUBCATEGORIA:** Licitações

**JURISDICIONADO:** Câmara Municipal de Taperoá

**DATA DE ENTRADA:** 24/09/2025

**ASSUNTO:** Licitação - 00007/2025 - Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021) - Serviços de tratamento, organização, padronização e inserção de documentos e arquivos nos portais oficiais.

**INTERESSADOS:** Ailton Paulo de Souza

## PROPOSTA DE PREÇO

**Preponente:** SOTERO CONSULTORIA SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA

**CPF/CNPJ.Nº:** 49.426.632/0001-00

**Endereço:** RUA MANOEL GONÇALVES, 87, SALA 314, SÃO SEBASTIÃO, PATOS-PB, CEP: 58.706-160

**Cliente:** CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

**CPF/CNPJ.Nº:** 02.931.144/0001-97

**Endereço:** 15 DE NOVEMBRO, SN - CENTRO - CEP: 58680-000, TAPEROÁ-PB

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ORGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB:

ITEM	Descrição do Produto/Serviço	UND	QT.	Valor Und.	Valor Total
01	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratamento, organização, padronização e inserção de documentos e arquivos nos portais oficiais, garantindo acessibilidade e clareza das informações públicas.</li> <li>• Implementação de práticas e ferramentas de transparência ativa e passiva, em alinhamento com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), bem como visitas técnicas para implementação das ações.</li> <li>• Desenvolvimento de estratégias para atendimento às recomendações do Programa Nacional de Transparência Pública e às exigências dos órgãos de controle externo, assegurando a conformidade com os critérios de avaliação de transparência.</li> </ul>	Meses	10	R\$2.000,00	R\$20.000,00

Rua Manoel Gonçalves, nº. 87 – São Sebastião, sala 314 CEP: 58706-160 Patos - PB.  
[www.soteroconsult.com](http://www.soteroconsult.com)



Criação de mecanismos de monitoramento contínuo, permitindo a integração eficiente entre o Poder Legislativo e os Tribunais de Contas, fortalecendo a governança pública.					
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 20.000,00</b>	

Valor Global da Proposta: **R\$ 24.000,00**

Validade da Proposta: **60 dias.**

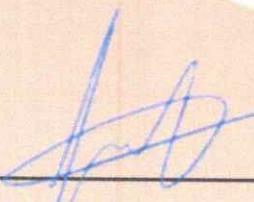
Pagamento: **Mensal.**

Dados Bancários para fins de pagamento:

**Banco 001 – Banco do Brasil / Agência: 0151-1 / Conta Corrente: 88.980-6**

**Pix/CNPJ.: 49.426.632/0001-00 – SOTERO CONSULTORIA SOLUÇÕES E TECNOLOGIA**

Patos-PB, 04 março de 2025.



**JAIRO SOTERO LEITE JUNIOR**  
**CPF: 093.508.834-22**  
**CRA-PB N°.20-06145**  
**SOTERO CONSULTORIA, SOLUÇÕES E TECNOLOGIA**  
**CNPJ: 49.426.632/0001-00**

Rua Manoel Gonçalves, nº. 87 – São Sebastião, sala 314 CEP: 58706-160 Patos - PB.  
[www.soteroconsult.com](http://www.soteroconsult.com)



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

**Origem:** EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º IN00007/2025  
 SECRETARIA DA CÂMARA

**Assunto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**Interessados:** Câmara Municipal de Taperoá e: SOTERO CONSULTORIA SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA.

**Anexo:** Exposição de motivos correspondente e seus elementos, inclusive a minuta do respectivo contrato.

**P A R E C E R**

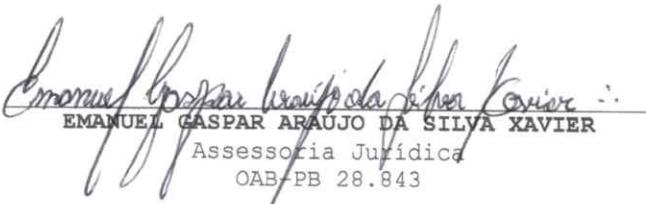
Analizada a matéria, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e observado o teor dos documentos e informações apresentados, esta Assessoria Jurídica é de parecer favorável ao reconhecimento da situação de Inexigibilidade de Licitação, como se contém no despacho de acolhimento exarado pela Senhora Prefeita, o qual está de acordo com o Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21.

Quanto à formalização do processo, restou demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos no Art. 72, da Lei 14.133/21; estando devidamente instruído, inclusive, dos seguintes elementos: documento de formalização de demanda; estudo técnico preliminar contendo, ainda, a análise de risco; termo de referência; projeto básico; estimativa da despesa definida por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; razão da escolha do contratado; justificativa de preço; e autorização da autoridade competente.

Esta Assessoria Jurídica esclarece, ainda, que deverá ser juntada aos autos a documentação da comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária e, conforme o disposto no parágrafo único do Art. 72, da Lei 14.133/21, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato celebrado; observadas as disposições do referido diploma legal.

Por fim, oportuno destacar que esse parecer não possui caráter vinculante, podendo a Administração pública, fundamentadamente, rejeitar as razões e a conclusão nele apontada, em razão de ser meramente opinativo, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe a análise dos aspectos de legalidade e formalidade administrativa.

Taperoá - PB, 07 de março de 2025.

  
 EMANUEL GASPAR ARAÚJO DA SILVA XAVIER  
 Assessoria Jurídica  
 OAB-PB 28.843

  
**Emanuel Xavier**  
 Advogado  
 OAB/PB 28.843



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO**

**Expediente:** SOLICITAÇÃO

Secretaria da Câmara.

**Assunto:** Procedimento de inexigibilidade de licitação.

**Anexo:** Solicitação correspondente devidamente instruída com a justificativa para a necessidade da demanda requerida.

**D E S P A C H O**

AUTORIZO a realização do procedimento de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

Destaca-se que o referido certame, como evidenciado na etapa inicial do processo, será regido pela seguinte regra:

**Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

Conforme informação do setor responsável existe disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, inclusive restou devidamente demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 24 (vinte e quatro) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo. Nesse sentido, atesto que a Administração vislumbrou uma maior vantagem econômica em razão da contratação plurianual, após a avaliação das circunstâncias pertinentes, inclusive quanto aos potenciais benefícios e os riscos previsíveis, considerando: a inconveniência da suspensão das atividades cujo desempenho deve ocorrer de modo contínuo; a ampliação do risco de insucesso, haja vista que a multiplicação de contratações, cada qual pactuada por prazo mais curto e com contratados diversos, elevaria a iminência de fracasso; o ônus da renovação constante de procedimentos, pela necessidade de realização de certames permanentemente em decorrência de eventual contratação firmada por um período abreviado, o que acabaria por multiplicar-se os custos e as despesas administrativas; e os ganhos de escala econômica, uma vez que a contratação por prazo mais longo propicia previsível redução de dispêndios em vista da ampliação do prazo de execução do contrato, por um único e mesmo contratado. Entende-se, portanto, que a extensão do prazo de vigência do contrato permite, usualmente, a redução dos custos do contratado, o que se refletirá em preços mais vantajosos para a Administração.

Remeta-se a solicitação em tela, instruída de todas as informações e elementos correspondentes inclusive com a justificativa para a necessidade da demanda requerida, ao Setor de Contratação deste órgão para formalização do referido procedimento de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação.

Taperoá - PB, 06 de março de 2025.

*Ailton Paulo de Souza*  
 Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**PROTOCOLO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 250103IN00007

Realização do referido procedimento de contratação direta:

Origem: Secretaria da Câmara

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

Fundamentação: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Protocolo: Observadas as disposições legais, bem como os elementos que instruem os autos, em especial a justificativa para a necessidade da demanda requerida e principalmente a devida autorização para formalização da referida contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, este Órgão de Contratação protocolou o processo em tela:

**INEXIGIBILIDADE N° IN00006/2025 - 12/03/2025**

Procedimento: Aos autos do processo ora protocolado e numerado, o qual está instruído com a respectiva documentação de formalização de demanda; estimativa de despesa; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; e a autorização da autoridade competente; após a devida autuação, serão juntados oportunamente a exposição de motivos e seus elementos constitutivos, inclusive a correspondente minuta do contrato, a qual indicará, necessariamente, as razões da escolha do contratado bem como a justificativa de preço; e que posteriormente deverão ser submetidos à apreciação da Autoridade Superior para aprovação e à análise dos setores competentes para emissão de parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na Lei 14.133/21, em especial no seu Art. 72. Deverá ser juntada aos autos, ainda, a documentação da comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária e, conforme o disposto no parágrafo único do referido artigo, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato celebrado; observadas as disposições do referido diploma legal.

Taperoá - PB, 06 de março de 2025.

*Leomárcio da S. Fernandes*  
 LEOMÁRCIO DA SILVA FERNANDES  
 Agente de Contratação



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

**TERMO DE AUTUAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 250103IN00007

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**I - RECEBIMENTO**

Nesta data recebemos a documentação inerente à execução do objeto acima indicado, composta, inclusive, pelos seguintes elementos: solicitação para realizar procedimento de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, com justificativa para a necessidade da contratação e a respectiva documentação de formalização de demanda; estimativa de despesa; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; e a autorização da autoridade competente.

**II - PROTOCOLO**

Observadas as disposições legais, bem como os elementos que instruem os autos, em especial a justificativa para a necessidade da demanda requerida e principalmente a devida autorização para formalização da referida contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, este Órgão de Contratação protocolou o processo em tela:

**Inexigibilidade n° IN00006/2025 - 05/03/2025.**

**III - ABERTURA DE VOLUME**

Neste ato, em decorrência da documentação ora recebida, abre-se o **1º volume** dos autos do procedimento administrativo em epígrafe, que tem como primeira folha a capa do processo e as folhas seguintes numeradas sequencialmente, iniciando no n° 01.

**IV - ELEMENTOS DO PROCESSO**

Após devidamente autuado, protocolado e numerado, aos autos do presente processo, o qual está instruído com a respectiva documentação de formalização de demanda; estimativa de despesa; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; e da autorização da autoridade competente; serão juntados oportunamente a exposição de motivos e seus elementos constitutivos, inclusive a correspondente minuta do contrato, a qual indicará, necessariamente, as razões da escolha do contratado bem como a justificativa de preço.

**V - PROCEDIMENTO**

Remeta-se a Secretaria da Câmara.

Prezados Senhores,

Encaminhamos os elementos do processo ora autuado para a devida instrução, devendo ser juntada a exposição de motivos elaborada por esta Secretaria da Câmara, a qual indicará, necessariamente, dentre outras informações, as razões da escolha do contratado bem como a justificativa de preço, com a correspondente minuta do contrato. Em seguida os autos deverão ser submetidos à apreciação da Autoridade Superior para aprovação e à análise dos setores competentes para emissão de parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na Lei 14.133/21, em especial no seu Art. 72. Deverá ser juntada aos autos, ainda, a documentação da comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária e, conforme o disposto no parágrafo único do referido artigo, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato celebrado; observadas as disposições do referido diploma legal.

Taperoá - PB, 06 de março de 2025.

*Leomárcio da Silva Fernandes*  
 LEOMÁRCIO DA SILVA FERNANDES - Agente de Contratação



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

VALOR DE REFERÊNCIA: **Projeto Básico**

**1.0 DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto da respectiva solicitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**2.0 DO PROJETO BÁSICO**

2.1. Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

2.2. Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de seis meses de antecedência da data de divulgação do edital:

2.2.1. Salienta-se que os fornecedores consultados quando da pesquisa direta realizada, foram escolhidos aleatoriamente dentre os regularmente cadastrados no âmbito desta Administração considerando, além do ramo de atividade pertinente ao objeto da pretensa contratação, o seu desempenho positivo relativamente a contratações já realizadas; sem prejuízo da escolha de outros fornecedores, também de forma aleatória, feita através de consultas a endereços eletrônicos de entidades públicas que realizaram com êxito contrações semelhantes.

2.3. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada, relacionamos abaixo o preço de referência determinado.

2.4. Mês que serviu de base para elaboração do projeto básico: Março de 2025.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	TRATAMENTO, ORGANIZAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO ACESSIBILIDADE E CLAREZA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS. IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS E FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA, EM ALINHAMENTO COM A LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO (LEI N.º 12.527/11) E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR N.º 101/00), BEM COMO VISITAS TÉCNICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES. DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ÀS EXIGÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA.	MENSAL	10	2.800,00	28.000,00

**Total: 28.000,00**

**3.0 DO VALOR**

3.1. O valor total é equivalente a R\$ 28.000,00.

**4.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: Imediato

Conclusão: 10 (dez) meses



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

4.2. A vigência da presente contratação será determinada: 10 (dez) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de fornecimento contínuo.

4.3. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

4.4. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.10. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

4.11. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

4.12. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

*Maria Apaércida F. Alves*  
 MARIA APARECIDA FÉLIX ALVES  
 Assessoria

# FS Digitalizações

31.960.441 FRANCISCO ALEXSANDRO FERREIRA DOS SANTOS

CNPJ: 31.960.441/0001-69

RUA: DR. MOACIR DANTAS CAVALCANTE S/N ANEXO B CEP 58.703-203 LIBERDADE PATOS-PB

## PROPOSTA DE PREÇO

Cliente: CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

CPF/CNPJ.Nº: 02.931.144/0001-97

Endereço: 15 DE NOVEMBRO, SN - CENTRO - CEP: 58680-000, TAPEROÁ-PB

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ORGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB:

ITEM	DESCRÍÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UND	QT.	VALOR UND.	VALOR TOTAL
01	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tratamento, organização, padronização e inserção de documentos e arquivos nos portais oficiais, garantindo acessibilidade e clareza das informações públicas.</li> <li>Implementação de práticas e ferramentas de transparência ativa e passiva, em alinhamento com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), bem como visitas técnicas para implementação das ações.</li> <li>Desenvolvimento de estratégias para atendimento às recomendações do</li> </ul>	Meses	10	R\$2.800,00	R\$28.000,00

	Programa Nacional de Transparéncia Pública e às exigências dos órgãos de controle externo, assegurando a conformidade com os critérios de avaliação de transparéncia. Criação de mecanismos de monitoramento contínuo, permitindo a integração eficiente entre o Poder Legislativo e os Tribunais de Contas, fortalecendo a governança pública.				
	<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 28.000,00</b>

04 de março 2025

*Francisco Alessandro Ferreira dos Santos*  
**31.960.441 FRANCISCO ALEXSANDRO FERREIRA DOS SANTOS**

CNPJ: 31.960.441/0001-69



# ÁPICE GESTÃO PÚBLICA

55.080.789 JOELDSON FERREIRA DE OLIVEIRA

CNPJ: 55.080.789/0001-20

## ÁPICE GESTÃO PÚBLICA

ELABORANDO O PADRÃO DE EXCELENCIA DA PODER PÚBLICO

### PESQUISA DE PREÇO

Rua João Mariano, S/N, São  
Sebastião, Patos - PB  
apicegestaopublica@gmail.com

**Data:** 05/03/2025

**Validade:** 60 dias

#### CLIENTE

Câmara Municipal de Taperoá - PB

CNPJ: 02.931.144/0001-97

Rua: Rua 15 de Novembro, centro, Taperoá-PB

CEP: 58.680-000.

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ORGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	TOTAL
>Tratamento, organização, padronização e inserção de documentos e arquivos nos portais oficiais, garantindo acessibilidade e clareza das informações públicas.			
>Implementação de práticas e ferramentas de transparência ativa e passiva, em alinhamento com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
>Desenvolvimento de estratégias para atendimento às recomendações do Programa Nacional de Transparência Pública e às exigências dos órgãos de controle externo, assegurando a conformidade com os critérios de avaliação de transparência.			



# ÁPICE GESTÃO PÚBLICA

55.080.789 JOELDSON FERREIRA DE OLIVEIRA

CNPJ: 55.080.789/0001-20

ÁPICE GESTÃO PÚBLICA

ELABORANDO O FÁBREGA DE EXCELENCIA DA PODER PÚBLICO

## PESQUISA DE PREÇO

Rua João Mariano, S/N, São  
Sebastião, Patos - PB  
apicegestaopublica@gmail.com

**Data:** 05/03/2025

**Validade:** 60 dias

### CLIENTE

Câmara Municipal de Taperoá - PB  
CNPJ: 02.931.144/0001-97  
Rua: Rua 15 de Novembro, centro, Taperoá-PB  
CEP: 58.680-000.

DESCRÍÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	TOTAL
>Criação de mecanismos de monitoramento contínuo, permitindo a integração eficiente entre o Poder Legislativo e os Tribunais de Contas, fortalecendo a governança pública.	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
VALOR TOTAL:			R\$ 25.000,00

*Joelsson Ferreira de Oliveira*  
55.080.789 Joeldson Ferreira de Oliveira

05/03/2025

Data da assinatura



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**1. Introdução**

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Projeto Básico e do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

**2. Objeto**

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**3. Necessidade da contratação**

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025 -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

**4. Alinhamento aos planos da Administração**

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

**5. Requisitos da contratação**

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	<p>TRATAMENTO, ORGANIZAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO ACESSIBILIDADE E CLAREZA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS.</p> <p>IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS E FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA, EM ALINHAMENTO COM A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI N.º 12.527/11) E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR N.º 101/00), BEM COMO VISITAS TÉCNICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ÀS EXIGÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA.</p>	MENSAL	10

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

Início: Imediato;

Conclusão: 10 (dez) meses.

A vigência da presente contratação será determinada: 10 (dez) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

O serviço a ser contratado, para o caso das atividades decorrentes a serem desenvolvidas pela Administração, é considerado continuado, pois visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das ações programadas, de modo que sua interrupção na forma como se apresenta, pode comprometer a devida prestação dos serviços.

A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

#### **6. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do serviço**

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

#### **7. Levantamento de mercado**

Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consultas aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

#### **8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar**

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 24 (vinte e quatro) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

Destaca-se que a Administração vislumbrou uma maior vantagem econômica em razão da contratação plurianual, após a avaliação das circunstâncias pertinentes, inclusive quanto aos potenciais benefícios e os riscos previsíveis, considerando: a inconveniência da suspensão das atividades cujo desempenho deve ocorrer de modo contínuo; a ampliação do risco de insucesso, haja vista que a multiplicação de contratações, cada qual pactuada por prazo mais curto e com contratados diversos, elevaria a iminência de fracasso; o ônus da renovação constante de procedimentos, pela necessidade de realização de certames permanentemente em decorrência de eventual contratação firmada por um período abreviado, o que acabaria por multiplicar-se os custos e as despesas administrativas; e os ganhos de escala econômica, uma vez que a contratação por prazo mais longo propicia previsível redução de dispêndios em vista da ampliação do prazo de execução do contrato, por um único e mesmo contratado. Entende-se, portanto, que a extensão do prazo de vigência do contrato permite, usualmente, a redução dos custos do contratado, o que se refletirá em preços mais vantajosos para a Administração.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto do presente estudo técnico preliminar, da forma como se apresenta.

**9. Estimativas preliminares dos preços**

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de seis meses de antecedência da data de divulgação do edital:

Salienta-se que os fornecedores consultados quando da pesquisa direta realizada, foram escolhidos aleatoriamente dentre os regularmente cadastrados no âmbito desta Administração considerando, além do ramo de atividade pertinente ao objeto da pretensa contratação, o seu desempenho positivo relativamente a contratações já realizadas; sem prejuízo da escolha de outros fornecedores, também de forma aleatória, feita através de consultas a endereços eletrônicos de entidades públicas que realizaram com êxito contrações semelhantes.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada, relacionamos abaixo o preço de referência determinado.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R\$ 24.000,00.

**10. Descrição da solução como um todo**

Conforme os elementos apresentados, a solução é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025. Entende-se que o serviço poderá ser realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

**11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução**

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não poderá incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo a impraticável cotação de quantidade inferior à demandada no procedimento para o respectivo item; quer seja na forma material, não sendo possível a execução em consórcio ou ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

**12. Resultados pretendidos**

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

**13. Providências para adequação do ambiente da Administração**

Verificou-se haver a necessidade de adequações físicas no ambiente da administração em decorrência da execução do objeto da contratação, cujas providências nesse sentido deverão ser adotadas de acordo com as suas particularidades.

**14. Análise de risco**

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior. Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

**15. Conclusão**

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Em anexo, elementos que instruem o presente Estudo Técnico Preliminar.

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

*Maria Aparecida F. Alves*  
 MARIA APARECIDA FÉLIX ALVES

Assessoria



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – APROVAÇÃO**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**1.0 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

1.1.0 referido Estudo Técnico Preliminário apresenta os trabalhos iniciais realizados, onde foi analisada a contratação pretendida, ao final avaliada como viável, demonstrando os elementos e as indicações essências que servirão para embasar a elaboração do Projeto Básico e do Termo de Referência, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

**2.0 DA APROVAÇÃO**

2.1. Fica o Estudo Técnico Preliminário em tela aprovado nos termos como se apresenta.

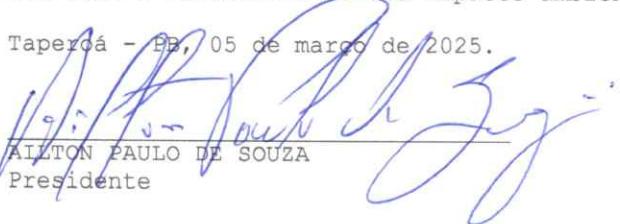
**Estudo Técnico Preliminário aprovado - Art. 6º, XX, da Lei 14.133/21:**

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

...  
 XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação."

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação - planejamento preliminar - e servem para assegurar a sua viabilidade técnica bem como o tratamento de seu impacto ambiental.

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

  
 AILTON PAULO DE SOUZA  
 Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**"Casa de Corsino de Farias Souza"**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD**

**1.0. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA**

1.1. Constitui objeto da pretensa contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

1.2. Classificação do objeto: Comum.

**2.0. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação descrita é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025 -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

**3.0. ALINHAMENTO AOS PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO**

3.1. A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

**4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	TRATAMENTO, ORGANIZAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO ACESSIBILIDADE E CLAREZA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS. IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS E FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA, EM ALINHAMENTO COM A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI N.º 12.527/11) E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR N.º 101/00), BEM COMO VISITAS TÉCNICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES. DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ÀS EXIGÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA.	MENSAL	10

4.2.0 prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

4.2.1. Início: Imediato;

4.2.2. Conclusão: 10 (dez) meses.

4.3. A vigência da presente contratação será determinada: 11 (onze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

4.4.0 serviço a ser contratado, para o caso das atividades decorrentes a serem desenvolvidas pela Administração, é considerado continuado, pois visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das ações programadas, de modo que sua interrupção na forma como se apresenta, pode comprometer a devida prestação dos serviços.

**5.0.JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

5.1.A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**6.0.ESTIMATIVA DOS PREÇOS**

6.1.Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de seis meses de antecedência da data de divulgação do edital:

6.1.1.Salienta-se que os fornecedores consultados quando da pesquisa direta realizada, foram escolhidos aleatoriamente dentre os regularmente cadastrados no âmbito desta Administração considerando, além do ramo de atividade pertinente ao objeto da pretensa contratação, o seu desempenho positivo relativamente a contratações já realizadas; sem prejuízo da escolha de outros fornecedores, também de forma aleatória, feita através de consultas a endereços eletrônicos de entidades públicas que realizaram com êxito contrações semelhantes.

6.2.Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada, relacionamos abaixo o preço de referência determinado.

6.3.O valor total é equivalente a R\$ 28.000,00.

**7.0.PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1.Relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

**8.0.RESULTADOS PRETENDIDOS**

8.1.A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

8.1.1.Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025;

8.1.2.Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis;

8.1.3.Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a referida contratação, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração;

8.1.4. Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

**9.0. DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Forma de contratação:

9.1.1. Inexigibilidade, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21.

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

Joyce Ribeiro Nunes

JOYCE RIBEIRO NUNES

Assessoria



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**"Casa de Corsino de Farias Souza"**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N° IN00006/2025**

Taperoá - PB, 07 de março de 2025.

**1.0 - DO OBJETIVO**

Tem a presente exposição de motivos o objetivo de esclarecer, em consonância com a legislação vigente, as razões da singularidade da seguinte despesa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**2.0 - DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação do objeto acima descrito será efetuada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares constante desta exposição de motivos, quando for o caso, motivada: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025 -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

**3.0 - DAS RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE**

Em decorrência das características e particularidades do objeto da contratação em tela, a mesma poderá ser efetuada junto a: SOTERO CONSULTORIA SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA. - R\$ 20.000,00; pretenso contratado muito bem conceituado no desempenho das atividades inerentes ao ramo pertinente a sua especialidade, apresentando ótima qualidade e preços dos seus serviços, já comprovados anteriormente, justificando, desta forma, a sua escolha.

Trata-se, além do mais, da contratação de serviços técnicos especializados com profissional ou empresa de notória especialização.

**4.0 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O valor da referida contratação está satisfatório e compatível com os preços praticados no mercado, conforme o devido levantamento efetuado, observadas as disposições do Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, nos termos da correspondente proposta apresentada, constante dos autos do processo.

**5.0 - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Entende-se que a regra da obrigatoriedade da licitação não é absoluta, contemplando exceções, que a própria legislação enumera. Portanto a contratação em comento poderá ser acobertada por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21:

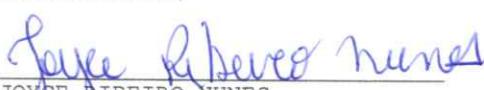
"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:"

"III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:"  
 "c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;"

**6.0 - DA CONCLUSÃO**

A concretização da referida contratação poderia ocorrer com a aprovação de Vossa Excelência do processo em apreço, o qual está devidamente instruído com a documentação pertinente, inclusive a minuta do respectivo contrato.

Atenciosamente,

  
 JOYCE RIBEIRO NUNES  
 Assessoria



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**"Casa de Corsino de Farias Souza"**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N° IN00006/2025**

Taperoá - PB, 07 de março de 2025.

**1.0 - DO OBJETIVO**

Tem a presente exposição de motivos o objetivo de esclarecer, em consonância com a legislação vigente, as razões da singularidade da seguinte despesa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**2.0 - DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação do objeto acima descrito será efetuada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares constante desta exposição de motivos, quando for o caso, motivada: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025 -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

**3.0 - DAS RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE**

Em decorrência das características e particularidades do objeto da contratação em tela, a mesma poderá ser efetuada junto a: SOTERO CONSULTORIA SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA. - R\$ 20.000,00; pretenso contratado muito bem conceituado no desempenho das atividades inerentes ao ramo pertinente a sua especialidade, apresentando ótima qualidade e preços dos seus serviços, já comprovados anteriormente, justificando, desta forma, a sua escolha.

Trata-se, além do mais, da contratação de serviços técnicos especializados com profissional ou empresa de notória especialização.

**4.0 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O valor da referida contratação está satisfatório e compatível com os preços praticados no mercado, conforme o devido levantamento efetuado, observadas as disposições do Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, nos termos da correspondente proposta apresentada, constante dos autos do processo.

**5.0 - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Entende-se que a regra da obrigatoriedade da licitação não é absoluta, contemplando exceções, que a própria legislação enumera. Portanto a contratação em comento poderá ser acobertada por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:"

"III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:"  
 "c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;"

**6.0 - DA CONCLUSÃO**

A concretização da referida contratação poderia ocorrer com a aprovação de Vossa Excelência do processo em apreço, o qual está devidamente instruído com a documentação pertinente, inclusive a minuta do respectivo contrato.

Atenciosamente,

  
 JOYCE RIBEIRO NUNES  
 Assessoria



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Realização do referido procedimento de contratação direta:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**DECLARAÇÃO**

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Recursos não Vinculados de Impostos: 101 - CÂMARA MUNICIPAL - 101.01.031.1001.1001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo Municipal - 3390.35.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA - 3390.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

*Geovana G. S. Souza*  
Tesoraria



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

**JUSTIFICATIVA DA PADRONIZAÇÃO E DO CATÁLOGO ELETRÔNICO**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**1.0 DA JUSTIFICATIVA**

1.1. Modelos padronizados de documentos: no presente processo de contratação serão utilizados modelos diversos de minutas de elementos necessários para a sua formalização, tais como, termo de referência e contrato, todos padronizados, pela disponibilidade de sistema específico de instrução e gestão de processos licitatórios e contratos o qual permite, sem prejuízo das funcionalidades, a informatização dos procedimentos e ampla instituição de modelos de minutas de editais e contratos padronizados, dentre outros, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, dispensando, inclusive, a adoção das minutas do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso IV, da Lei 14.133/21.

1.2. Catálogo eletrônico de padronização: observados os aspectos e as características do objeto do presente processo, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na pretensa contratação, entende-se que o processo não recepciona de forma devida, a utilização de catálogo eletrônico de serviços, quer por inconsistência ou inexistência de adequada padronização em catálogo quando criado pela Administração, quer por inviabilidade ou incompatibilidade da adoção do respetivo catálogo eletrônico de padronização do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso II, da Lei 14.133/21.

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

Joyce Ribeiro Nunes  
 JOYCE RIBEIRO NUNES  
 Assessoria



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

## PROJETO BÁSICO - ESPECIFICAÇÕES

### 1.0 DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Projeto Básico - Especificações, a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

1.2. Salienta-se que o presente instrumento reproduz de forma sintética as especificações da pretensa contratação, definidas pelo setor técnico competente.

1.3. A contratação do serviço, objeto deste projeto básico, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

### 2.0 DA JUSTIFICATIVA

#### 2.1. Para a contratação:

2.1.1. Este Projeto Básico - Especificações, tem por objetivo especificar em linhas gerais o correspondente serviço, permitindo intensificar procedimentos adequados voltados à realização, acompanhamento e controle da despesa, e é motivado: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025 -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

#### 2.2. Para a estimativa de quantitativo:

2.2.1. O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

### 3.0 DO SERVIÇO

3.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	<p>TRATAMENTO, ORGANIZAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO ACESSIBILIDADE E CLAREZA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS.</p> <p>IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS E FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA, EM ALINHAMENTO COM A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI N.º 12.527/11) E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR N.º 101/00), BEM COMO VISITAS TÉCNICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ÀS EXIGÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA.</p>	MENSAL	10

### 4.0 DA ESTIMATIVA DOS PREÇOS



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

4.1. Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

4.2. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

4.3. Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de seis meses de antecedência da data de divulgação do edital:

4.3.1. Salienta-se que os fornecedores consultados quando da pesquisa direta realizada, foram escolhidos aleatoriamente dentre os regularmente cadastrados no âmbito desta Administração considerando, além do ramo de atividade pertinente ao objeto da pretensa contratação, o seu desempenho positivo relativamente a contratações já realizadas; sem prejuízo da escolha de outros fornecedores, também de forma aleatória, feita através de consultas a endereços eletrônicos de entidades públicas que realizaram com êxito contrações semelhantes.

4.4. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, adotados de maneira combinada, relacionamos abaixo o preço de referência determinado.

4.4.0 valor total é equivalente a R\$ 28.000,00.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	TRATAMENTO, ORGANIZAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO ACESSIBILIDADE E CLAREZA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS. IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS E FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA, EM ALINHAMENTO COM A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI N.º 12.527/11) E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR N.º 101/00), BEM COMO VISITAS TÉCNICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES. DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ÀS EXIGÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA.	MENSAL	10	2.800,00	28.000,00

Total: 28.000,00

#### 5.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

5.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

5.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

5.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

5.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

5.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

5.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

**6.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

6.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

    Início: Imediato

    Conclusão: 11 (onze) meses

6.2.A vigência da presente contratação será determinada: 11 (onze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de fornecimento contínuo.

6.3.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

Em anexo, elementos que instruem o presente Projeto Básico.

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

*Maria Apapecida F. Alves*

MARIA APARECIDA FÉLIX ALVES

Assessoria



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

## PROJETO BÁSICO - APROVAÇÃO

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

### 1.0 DO PROJETO BÁSICO

1.1.0 referido Projeto Básico tem por objetivo especificar em linhas gerais o correspondente serviço, permitindo intensificar procedimentos adequados voltados à realização, acompanhamento e controle da despesa, e é motivado: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA PARA ESCRITURAÇÃO E ENVIO/TRANSMISSÃO DE TODAS AS OBRIGAÇÕES DO eSocial - SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS, EFD-REINF - ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DE RETENÇÕES E OUTRAS INFORMAÇÕES FISCAIS EFD-REINF/DCTFWEB, E PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PERTENCENTES A CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025 -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

### 2.0 DA APROVAÇÃO

2.1. Fica o Projeto Básico em tela aprovado nos termos como se apresenta.

**Projeto Básico aprovado - Art. 6º, XXV, da Lei 14.133/21:**

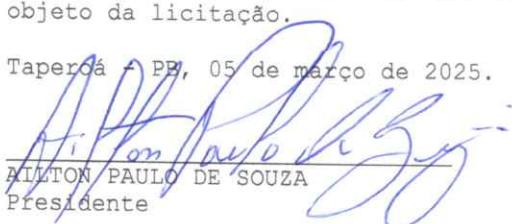
"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"

...

"XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:"

A elaboração do projeto básico, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

  
 AILTON PAULO DE SOUZA  
 Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

**JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**1.0 DA JUSTIFICATIVA**

1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025 –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.2.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

**2.0 DO SERVIÇO**

2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	OBS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	TRATAMENTO, ORGANIZAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS ... E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO ACESSIBILIDADE E CLAREZA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS. IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS E FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA, EM ALINHAMENTO COM A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI N.º 12.527/11) E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR N.º 101/00), BEM COMO VISITAS TÉCNICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES. DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ÀS EXIGÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA.		MENSAL	10

Observação: as especificações do objeto estão discriminadas no Termo de Referência.

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

Joyce Ribeiro Nunes  
 JOYCE RIBEIRO NUNES  
 Assessoria



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

Taperoá - PB, 10 de março de 2025.

**PORTARIA N° IN 00001/2025**

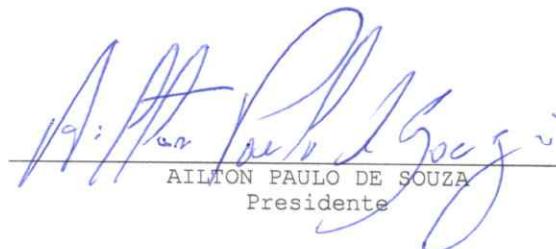
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

ADJUDICAR o objeto da Inexigibilidade de licitação nº IN00007/2025, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025; com base nos elementos constantes do processo correspondente, a:

– SOTERO CONSULTORIA SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA.  
 49.426.632/0001-00  
 Valor: R\$ 20.000,00

Publique-se e cumpra-se.

  
 AILTON PAULO DE SOUZA  
 Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

Taperoá - PB, 10 de março de 2025.

**PORTEARIA N° IN 00002/2025 - 01**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

RATIFICAR o procedimento de Inexigibilidade de Licitação n° IN00007/2025, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025; com base nos elementos constantes da exposição de motivos correspondente, a qual sugere a contratação de:

- SOTERO CONSULTORIA SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA.  
 49.426.632/0001-00  
 Valor: R\$ 20.000,00

Publique-se e cumpra-se.

  
 AILTON PAÚLO DE SOUZA  
 Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**"Casa de Corsino de Farias Souza"**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

Senhor Presidente,

Solicitamos autorização para realizar procedimento de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, destinado a:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.**

Justificativa para a necessidade da solicitação:

A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, quando for o caso, motivada: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025 -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

Informamos que existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser licitado, inclusive restou preliminarmente demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, conforme consulta efetuada ao setor responsável.

Certos de contarmos com imediata aprovação desta solicitação pela sua total relevância e pertinência, ficamos à inteira disposição para maiores informações e demais esclarecimentos que forem julgados necessários.

Em anexo, elementos que instruem a presente Solicitação, inclusive:

- Documento de formalização da demanda - DFD;
- Estudo Técnico Preliminar - ETP; e
- Projeto Básico.

Atenciosamente,

  
JOYCE RIBEIRO NUNES  
 Assessoria



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

TERMO DE REFERÊNCIA

**1.0 DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

1.2. A contratação do serviço, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

**2.0 JUSTIFICATIVA**

2.1. Para a contratação:

2.1.1. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025 -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2. Para a estimativa de quantitativo:

2.2.1. O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

**3.0 DO SERVIÇO**

3.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	<p>TRATAMENTO, ORGANIZAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO ACESSIBILIDADE E CLAREZA DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS.</p> <p>IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS E FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA, EM ALINHAMENTO COM A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI N.º 12.527/11) E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR N.º 101/00), BEM COMO VISITAS TÉCNICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ÀS EXIGÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA.</p>	MENSAL	10

**4.0 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP**

4.1. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estar presente a situação prevista no



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

inciso IV, do Art. 49, todos da Lei 123/06: Licitação inexigível - Art. 74, III, alínea c, da Lei 14.133/21.

4.2. No processo, portanto, deverá ser considerado quaisquer executante em potencial que se enquadre nos requisitos da norma para as hipóteses de inexigibilidade de licitação, inclusive as Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

**5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

6.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

6.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA**

7.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

7.1.1. Início: Imediato;

7.1.2. Conclusão: 10 (dez) meses.

7.2. A vigência da presente contratação será determinada: 10 (dez) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

**8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE**

8.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

8.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

**9.0 DO PAGAMENTO**

9.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

**10.0 DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

10.1.Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do fornecedor, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Arts. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2.Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

**11.0 DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

11.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contatado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

**12.0 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

12.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

**13.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1.O fornecedor ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II,



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

Maria Aparecida F. Alves  
 MARIA APARECIDA FÉLIX ALVES  
 Assessoria



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**“Casa de Corsino de Farias Souza”**  
**RUA 15 DE NOVEMBRO, 8, TAPEROÁ – PB – CEP. 58.680-000**  
**CNPJ. 02.931.144/0001-97**

TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E CONSULTORIA TÉCNICA EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL: PODER LEGISLATIVO, VISANDO UMA GESTÃO PÚBLICA ABERTA E RESPONSÁVEL, COM TRATAMENTO, PADRONIZAÇÃO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NOS PORTAIS OFICIAIS, GARANTINDO UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DIÁRIA DO BANCO DE LEGISLAÇÃO DO TCE/PB, NO INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ, NO EXERCÍCIO DE 2025.

**1.0 DO TERMO DE REFERÊNCIA**

1.1.0 referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

**2.0 DA APROVAÇÃO**

2.1. Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

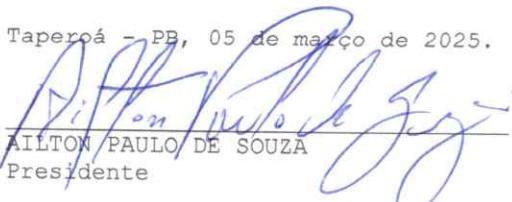
**Termo de Referência aprovado - Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/21:**

*"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"*

*...*  
 XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

A elaboração do termo de referência, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

Taperoá - PB, 05 de março de 2025.

  
 AILTON PAULO DE SOUZA  
 Presidente